



Anais da Assembléia

Nº 48

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 24 DE ABRIL DE 1996

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgard Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB – 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB – 10: Durval Amaral - Cleiton Kleise - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB – 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB – 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL – 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT – 05: Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 31.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 1996
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Pelinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Pasílio Zarusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Neroni, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romaneli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Penato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Cleiton Kielse (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM N.^o 40/96.

Curitiba, em 23.04.96.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que o valor do soldo será fixado para cada Posto e Graduação dos integrantes da Polícia Militar do Estado, com base no Posto de Coronel, conforme especifica, assim como alterando a redação de dispositivos da Lei n.^o 6.417, de 03 de julho de 1973 e adotando outras providências pertinentes ao assunto.

A medida ora proposta a essa augusta Casa de Leis, decorre do resultado de estudos conjuntos das Secretarias de Estado da Administração, Planejamento e Coordenação Geral, Fazenda e do Governo e visa atender reivindicações dos Policiais Militares do Estado do Paraná e ensejará melhor equacionamento na Tabela de Funções do Escalonamento Hierárquico da Corporação, adotando índices remuneratórios compatíveis para cada Posto e Graduação.

Vale destacar que os novos valores de remuneração decorrentes desta proposta não determinarão custos totais imediatos, eis que, segundo dispositivos expressos no anteprojeto de lei em causa, serão implantados paulatinamente, como detalham os anexos I e II que integrarão a futura lei.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

PROJETO DE LEI N.^o 150/96

Art. 1.^o - O valor do soldo será fixado, para cada Posto e Graduação dos integrantes da Polícia Militar, com base no soldo do posto de Coronel, observada a estrutura da Tabela de Funções do Escalonamento Hierárquico, cujos índices são os constantes do quadro abaixo:

TABELA DE FUNÇÕES DO ESCALONAMENTO HIERARQUICO

1 - FUNÇÃO DE NÍVEL DE APERFEICOAMENTO SUPERIOR

POSTO	INDICE
CORONEL	1000
TENENTE CORONEL	913
MAJOR	872

II - FUNÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR

POSTO	ÍNDICE
CAPITÃO	800
PRIMEIRO TENENTE	731
SEGUNDO TENENTE	658

III - FUNÇÃO DE NÍVEL ACADÊMICO

POSTO	ÍNDICE
ASPIRANTE A OFICIAL	532
ALUNO DO TERCEIRO ANO	477
ALUNO DO SEGUNDO ANO	447
ALUNO DO PRIMEIRO ANO	427

IV - FUNÇÃO DE NÍVEL TÉCNICO

GRADUAÇÃO	ÍNDICE
SUBTENENTE	532
PRIMEIRO SARGENTO	477
SEGUNDO SARGENTO	447
TERCEIRO SARGENTO	427

V - FUNÇÃO DE NÍVEL MÉDIO

GRADUAÇÃO	ÍNDICE
CABO	382
SOLDADO PRIMEIRA CLASSE	370
SOLDADO SEGUNDA CLASSE	350

Art. 2º - A Gratificação Policial Militar Especial de que trata o artigo 89, item 3 da Lei nº 6.417, de 03 de julho de 1973, com a redação dada pela Lei nº

10.461, de 04 de outubro de 1993, calculada sobre o soldo do respectivo Posto ou Graduação, passa a ter os percentuais abaixo:

POSTO/GRADUAÇÃO	% DE GRATIFICAÇÃO
CORONEL	389
TEN CORONEL	388
MAJOR	376
CAPITÃO	375
1º TENENTE	170
2º TENENTE	170
ASP OFICIAL	170
SUBTEN	170
AL CFO/3	100
AL CFO/2	100
AL CFO/1	100
1º SARGENTO	100
2º SARGENTO	100
3º SARGENTO	100
CAPO	100
SD 1ª CLASSE	100
SD 2ª CLASSE	100

Art. 3º - A implantação dos índices do Escalonamento Vertical previstos no Art. 1º e da Gratificação Policial Militar Especial prevista no artigo 2º desta Lei, serão efetivadas em parcelas mensais e

consecutivas, conforme anexos I e II integrantes desta Lei.

Art. 4º - A Gratificação de Função Policial Militar prevista no artigo 21 da

Lei nº 6.417, de 03 de julho de 1973, alterada pela Lei nº 7.637, de 10 de setembro de 1982, passa a ter os seguintes percentuais:

I - 145% (cento e quarenta e cinco por cento) do Soldo:

Curso Superiores de Polícia.

II - 90% (noventa por cento) do Soldo:

Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais.

Parágrafo Único - Permanecem inalterados os percentuais dos demais cursos pre-

vistos no artigo 21 da Lei nº 6.417, de 03 de julho de 1973, com a alteração dada pela Lei nº 7.637, de 10 de setembro de 1982.

Art. 5º - Sobre os valores dos soldos dos integrantes da Polícia Militar do Paraná, incidirão as alterações salariais a serem concedidas pelo Governo aos demais servidores do Estado.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 1996, revogadas as disposições em contrário.

IMPLANTAÇÃO DOS ÍNDICES ESCALONAMENTO VERTICAL EM PARCELAS

POSTOS / GRADUAÇÕES	MAI 96	JUN 96	JUL 96	AGO 96	SET 96	OUT 96	NOV 96	DEZ 96	JAN 97	FEV 97	MAR 97	ABR 97	MAI 97
Coronel	1000,00	1000,00	1000,00	1000,00	1000,00	1000,00	1000,00	1000,00	1000,00	1000,00	1000,00	1000,00	1000,00
Tenente Coronel	901,80	902,70	903,60	904,50	905,40	906,30	907,20	908,10	909,00	909,90	910,80	911,70	913
Major	853,20	854,80	856,40	858,00	859,60	861,20	862,80	864,40	866,00	867,60	869,20	870,80	872
Capitão	721,20	727,80	734,40	741,00	747,60	754,20	760,80	767,40	774,00	780,60	787,20	793,80	800
1º Tenente	640,20	647,80	655,40	663,00	670,60	678,20	685,80	693,40	701,00	708,60	716,20	723,80	731
2º Tenente	557,80	566,20	574,60	583,00	591,40	599,80	608,20	616,60	625,00	633,40	641,80	650,20	658
Aspirante Oficial	462,60	468,40	474,20	480,00	485,80	491,60	497,40	503,20	509,00	514,80	520,60	526,40	532
Subtenente	346,80	362,20	377,60	393,00	408,40	423,80	439,20	454,60	470,00	485,40	500,80	516,20	532
Aluno 3º Ano	334,80	346,70	358,60	370,50	382,40	394,30	406,20	418,10	430,00	441,90	453,80	465,70	477
Aluno 2º Ano	299,60	311,90	324,20	336,50	348,80	361,10	373,40	385,70	398,00	410,30	422,60	434,90	447
Aluno 1º Ano	283,00	295,00	307,00	319,00	331,00	343,00	355,00	367,00	379,00	391,00	403,00	415,00	427
1º Sargento	325,20	337,80	350,40	363,00	375,60	388,20	400,80	413,40	426,00	438,60	451,20	463,80	477
2º Sargento	314,20	325,30	336,40	347,50	358,60	369,70	380,80	391,90	403,00	414,10	425,20	436,30	447
3º Sargento	297,60	308,40	319,20	330,00	340,80	351,60	362,40	373,20	384,00	394,80	405,60	416,40	427
Cabo	278,20	286,80	295,40	304,00	312,60	321,20	329,80	338,40	347,00	355,60	364,20	372,80	382
Soldado 1ª Classe	268,80	277,20	285,60	294,00	302,40	310,80	319,20	327,60	336,00	344,40	352,80	361,20	370
Soldado 2ª Classe	228,00	238,00	248,00	258,00	268,00	278,00	288,00	298,00	308,00	318,00	328,00	338,00	350

IMPLANTAÇÃO DOS PERCENTUAIS DA GRATIFICAÇÃO POLICIAL MILITAR ESPECIAL EM PARCELAS

POSTOS / GRADUAÇÕES	MAI 96	JUN 96	JUL 96	AGO 96	SET 96	OUT 96	NOV 96	DEZ 96	JAN 97	FEV 97	MAR 97	ABR 97	MAI 97
Coronel	124,00	146,00	168,00	190,00	212,00	234,00	256,00	278,00	300,00	322,00	344,00	366,00	389
Tenente Coronel	124,00	146,00	168,00	190,00	212,00	234,00	256,00	278,00	300,00	322,00	344,00	366,00	388
Major	122,00	143,00	164,00	185,00	206,00	227,00	248,00	269,00	290,00	311,00	332,00	353,00	376
Capitão	122,00	143,00	164,00	185,00	206,00	227,00	248,00	269,00	290,00	311,00	332,00	353,00	375
1º Tenente	93,00	99,50	106,00	112,50	119,00	125,50	132,00	138,50	145,00	151,50	158,00	164,50	170
2º Tenente	93,00	99,50	106,00	112,50	119,00	125,50	132,00	138,50	145,00	151,50	158,00	164,50	170
Aspirante Oficial	93,00	99,50	106,00	112,50	119,00	125,50	132,00	138,50	145,00	151,50	158,00	164,50	170
Subtenente	93,00	99,50	106,00	112,50	119,00	125,50	132,00	138,50	145,00	151,50	158,00	164,50	170
Aluno 3º Ano	83,00	84,50	86,00	87,50	89,00	90,50	92,00	93,50	95,00	96,50	98,00	99,50	100
Aluno 2º Ano	83,00	84,50	86,00	87,50	89,00	90,50	92,00	93,50	95,00	96,50	98,00	99,50	100
Aluno 1º Ano	83,00	84,50	86,00	87,50	89,00	90,50	92,00	93,50	95,00	96,50	98,00	99,50	100
1º Sargento	83,00	84,50	86,00	87,50	89,00	90,50	92,00	93,50	95,00	96,50	98,00	99,50	100
2º Sargento	83,00	84,50	86,00	87,50	89,00	90,50	92,00	93,50	95,00	96,50	98,00	99,50	100
3º Sargento	83,00	84,50	86,00	87,50	89,00	90,50	92,00	93,50	95,00	96,50	98,00	99,50	100
Cabo	83,00	84,50	86,00	87,50	89,00	90,50	92,00	93,50	95,00	96,50	98,00	99,50	100
Soldado 1ª Classe	83,00	84,50	86,00	87,50	89,00	90,50	92,00	93,50	95,00	96,50	98,00	99,50	100
Soldado 2ª Classe	83,00	84,50	86,00	87,50	89,00	90,50	92,00	93,50	95,00	96,50	98,00	99,50	100

MENSAGEM N° 41/96

Curitiba, em 23.04.96.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, o incluso anteprojeto de lei complementar que objetiva proceder alterações na forma de pagamento de vencimentos do Quadro Próprio de Pessoal do Magistério e de Professor do Quadro Único.

A intenção deste Poder Executivo é proceder uma ampliação da tabela de vencimento, criando as classes F-6 e G-7, com as respectivas 11 (onze) referências. A medida possibilitará ao integrante do Quadro Próprio do Magistério uma amplitude na carreira, que, na atual estrutura e pela rapidez das promoções (um professor leva em média em torno de 10 anos para chegar ao fim de carreira), ocasiona uma concentração na última classe atual, pois dos 33.330 integrantes, 17.881 encontram-se na classe E-5, mais da metade. Ainda haverá uma diminuição dos pedidos de aposentadoria, com a perspectiva de uma elevação de classe.

A mudança dos requisitos de níveis de formação terá o mesmo efeito acima exposto, uma vez que os Professores ou Especialistas, classes C-3, D-4 e E-5 passarão às classes D-4, E-5 e F-6, respectivamente.

Para se evitar a criação de novos cargos, quando do preenchimento das classes F-6 e G-7, através de promoção por avanço vertical, está sendo proposto que o Chefe do Poder Executivo transforme os cargos dos Professores ou Especialistas então ocupados para as novas situações.

A Gratificação de Regência de Classe criada com a finalidade de se manter o maior número de Professores Primários em sala de aula acabou sendo estendida a, praticamente, toda a categoria. Saliente-se que a gratificação em valor mínimo R\$ 46,68 (quarenta e seis reais e sessenta e oito centavos), não serve para cálculo de quaisquer outras vantagens, nem para adicionais por tempo de serviço. Na proposta, além de incorporar a gratificação para todos os efeitos legais, a mesma será feita de modo a manter a proporcionalidade hoje existente na tabela de vencimentos (tabela anexa), ou seja, inicial de R\$ 46,68 (quarenta e seis reais e sessenta e oito centavos) e final de R\$ 132,98 (cento e trinta e dois reais e noventa e oito centavos), ocasionando uma alteração na tabela, a partir da classe C-3.

Para permitir o pagamento do piso salarial nacional que é de aproximadamente R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), incorpora-se a gratificação de regência de classe, a partir da classe C-3, e propõe-se a passagem dos atuais ocupantes das classes A-1 e B-2, para a C-3, nas respectivas referências. A proposição de mudan-

ças dos níveis de atuação permite que o Professor ou Especialista de classes A-1 e B-2, ingresse na C-3, cuja exigência passa a ser 2° Grau Magistério.

O disposto nesta proposição atinge o Professor do Quadro Único de Pessoal que tem, hoje, vinculação com a classe A-1.

A ampliação da tabela de vencimentos terá aplicação por ocasião da promoção por avanço vertical processada todos os anos e o custo aproximado previsto para este ano de 1996 será de R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais) e atingirá em torno de 31.000 Professores ou Especialistas.

A incorporação da Gratificação de Regência de Classe com a conseqüente alteração dos valores da tabela de vencimentos, a partir da classe C-3 ocasionará um aumento imediato de despesa, em torno de R\$ 8.646.000,00 (oito milhões, seiscentos e quarenta e seis mil reais), atingindo a 60.051 Professores ou Especialistas, ativos e inativos.

Outrossim, havendo a progressão de uma classe para imediatamente superior, em referência equivalente, para ativos e inativos, em função da alteração da exigência mínima de habilitação (§ 3° do artigo 1° do anteprojeto) o custo acima mencionado terá um acréscimo de R\$ 4.455.000,00 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil reais), perfazendo um total de R\$ 13.101.000,00 (treze milhões, cento e um mil reais), mês.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI N° 151/96

Art. 1° - A tabela de níveis de vencimentos de que trata o art. 6° da Lei n° 6.892, de 20 de julho de 1977, com suas modificações posteriores, fica acrescida de 2 (duas) classes: PF-6 e PG-7, também com 11 (onze) referências.

§ 1° - A tabela referida neste artigo terá seus valores alterados mediante lei ordinária, sempre que houver reajuste do funcionalismo público estadual.

§ 2° - Aos níveis de atuação previstos no § 2°, do art. 10, da Lei Complementar n° 07, de 22 de dezembro de 1976, ficam acrescentadas as alíneas "f" e "g", com a mesma exigência prevista na alínea "e" do referido parágrafo.

§ 3° - As classes tratadas no § 4°, do art. 10, da lei Complementar n° 07/76, passam a ser 07 (sete) e os níveis de formação, a partir da classe "C", serão na

forma a seguir:

- Classe C: 2º grau - Magistério;
- Classe D: Superior - Licenciatura de Curta Duração;
- Classe E: Superior - Licenciatura de Curta Duração, mais um ano de Estudos Adicionais;
- Classe F: Superior - Licenciatura Plena; e
- CLASSE G: Superior - Licenciatura Plena com mais curso de especialização na área do magistério com duração mínima de 360 horas, considerados os cursos de especialização anteriores a 1989 de duração de 180 e 300 horas.

§ 4º - Aos anexos de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 13, de 23 de dezembro de 1981, incorporam-se as alterações procedidas pela presente lei.

§ 5º - Aos níveis de atuação de I ao V, previstos no § 5º, do art. 10, da Lei Complementar nº 07/76 ficam acrescidas as classes "F" e "G", bem como ficam criados mais 02 (dois) níveis: VI com as classes "F" e "G" e o nível VII com a classe "G".

§ 6º - O Poder Executivo transformará cargos e criará mecanismos técnicos necessários exclusivamente para a operacionalização do enquadramento e da promoção por avanço vertical de que trata o § 1º, do art. 32, da Lei Complementar nº 07/76, com suas modificações posteriores.

Art. 2º - A gratificação de regência tratada no art. 10, da Lei nº 7.099, de 08 de janeiro de 1979, com seu valor atual de R\$ 46,68 (quarenta e seis reais e sessenta e oito centavos), fica incorporada, para todos efeitos legais, ao vencimento básico da classe "C - 3", referência 1.

Parágrafo Único - Para que se mantenha a proporção existente entre as referências e classes da tabela de vencimento, do pessoal do Quadro Próprio do Magistério, o valor a ser incorporado é o constante do anexo I desta lei.

Art. 3º - Em face da incorporação referida no artigo anterior e a elevação de classes previstas no artigo 1º, os valores dos vencimentos do pessoal do Quadro Próprio do Magistério, a partir da Classe C-3, referência 1, passam ser constantes do anexo II desta lei.

Art. 4º - Os atuais ocupantes de cargos do Quadro Próprio do Magistério, enquadrados nas classes A - 1 e B - 2, passam automaticamente a integrar a classe C - 3, nas mesmas referências, conseqüentemente, os atuais ocupantes das classes C - 3, D - 4 e E - 5 passam a integrar as classes D - 4, E - 5, F - 6, respectiva-

mente, também nas mesmas referências.

§ 1º - O disposto neste artigo aplica-se exclusivamente para fins de percepção financeira ao professor do Quadro Único de Pessoal, exceto ao Professor Enquadrado, deste quadro, que terá o seu vencimento básico fixado conforme anexo III.

§ 2º - As disposições constantes neste artigo aplicam-se ao respectivo pessoal inativo.

§ 3º - Os valores da tabela referida no § 1º serão alterados sempre que houver reajuste do funcionalismo público estadual.

Art. 5º - Os critérios para pagamento das aulas extraordinárias estabelecidos no art. 76, da Lei Complementar nº 07/76, alterados pela Lei Complementar nº 44/89, passam a ser os seguintes:

I - nas 04 (quatro) primeiras séries do 1º grau e no ensino pré-escolar, 1/90 (um noventa avos) do vencimento da referência 03 (três) do respectivo cargo efetivo, limitado a 20 (vinte) o número de aulas extraordinárias semanais;

II - a partir da 5ª série do 1º grau, inclusive, até a última série do 2º grau:

a) 1/90 (um noventa avos) do vencimento da referência 03 (três) da Classe "C", ao ocupante de cargo do Magistério:

1 - com formação pedagógica até o 2º grau;

2 - acadêmico de curso superior de formação pedagógica;

3 - não incluído nos incisos seguintes;

b) 1/90 (um noventa avos) do vencimento de referência 03 (três) da Classe "D", ao ocupante de cargo de Magistério:

1 - com licenciatura de curta duração;

2 - portador de registro "D" do Ministério da Educação e Cultura, não licenciado;

c) 1/90 (um noventa avos) do vencimento da referência 03 (três) da Classe "F", ao ocupante de cargo do Magistério, ao portador de Licenciatura Plena;

d) 1/90 (um noventa avos) do vencimento da referência 03 (três) da Classe "G", ao ocupante do cargo de Magistério, portador de Licenciatura Plena com curso de especialização.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir de 1º de abril de 1996, ficando revogados o art. 10, da Lei nº 7.099/79, os artigos 1º e 2º, da Lei nº 10.051, de 16 de julho de 1992 e demais disposições em contrário.

ANEXO I

REFERÊNCIA											
CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
PC-3	46,68	49,01	51,46	54,04	56,74	59,58	62,55	65,68	68,96	72,41	76,03
PD-4	53,68	56,36	59,18	62,14	65,25	68,50	71,93	75,53	79,30	83,27	87,44
PE-5	61,73	64,82	68,06	71,46	75,03	78,78	82,73	86,86	91,21	95,76	100,55
PF-6	70,99	74,54	78,27	82,18	86,29	90,61	95,14	99,90	104,89	110,14	115,64
PG-7	81,64	85,72	90,01	94,51	99,24	104,20	109,41	114,88	120,62	126,66	132,98

ANEXO II

REFERÊNCIA											
CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
PC-3	253,17	265,83	279,12	293,08	307,73	323,12	339,27	356,24	374,05	392,75	412,39
PD-4	291,15	305,70	320,99	337,04	353,89	371,58	390,16	409,67	430,15	451,66	474,25
PE-5	334,82	351,56	369,14	387,59	406,97	427,32	448,69	471,12	494,68	519,41	545,38
PF-6	385,04	404,29	424,51	445,73	468,02	491,42	515,99	541,79	568,88	597,32	627,19
PG-7	442,80	464,94	488,18	512,59	538,22	565,13	593,39	623,06	654,21	686,92	721,27

ANEXO III

QUADRO ÚNICO - PROFESSOR ENQUADRADO	
LP - LICENCIATURA PLENA - 22 HORAS	441,80
LP - LICENCIATURA PLENA - 15 HORAS	301,28
LP - LICENCIATURA PLENA - 10 HORAS	201,28
LP - LICENCIATURA CURTA - 22 HORAS	334,20
LP - LICENCIATURA CURTA - 15 HORAS	227,86
LP - LICENCIATURA CURTA - 10 HORAS	151,91
NL - NÃO LICENCIADO - 22 HORAS	278,50
NL - NÃO LICENCIADO - 15 HORAS	189,89
NL - NÃO LICENCIADO - 10 HORAS	126,59

Ofícios:

O F Í C I O S

Sob o n° 171/96, do Senhor Deni Lineu Schwartz - Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Emerson Nerone, que pede esclarecimentos sobre "existência de previsão orçamentária à pavimentação asfáltica da PR-364". **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o n° GS/SEED/270/96, da Senhora Mirian de F. Zaninelli Wellner - Diretora Geral da Secretaria de Estado da Educação, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Emerson Nerone, que pede esclarecimentos sobre "critérios para composição de turmas nas escolas da rede estadual de ensino". **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o n° ATCC 1.729/96, do Senhor Fernando Ribas Carli - Chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Péricles de Holleben Mello, que pede esclarecimentos sobre "contratação de empresa de engenharia para a construção de ponte sobre o Rio Paraná, em Guaíra". **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o n° 189/96, do Senhor Miguel Salomão - Secretário de Estado da Fazenda, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Florisvaldo Fier, que pede esclarecimentos sobre "processo de licitação PANESTADO VICAD/DINFO n°

133/95". **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Prefeitura Municipal de Curitiba
Gabinete do Prefeito

Curitiba, em 23.04.96.

Senhor Presidente.

Na qualidade de Prefeito da Capital do Estado que lhe conferiu o ilustre mandato, venho respeitosamente pedir seu apoio à questão da venda de gasolina envenenada com M.T.B.E., na Cidade de Curitiba, conforme documentação anexa.

Esclareço quanto aos riscos de desabastecimento, mas pergunto se não é nosso dever impedir malefícios à saúde do nosso povo e contaminação ambiental?

Pergunto ainda porque a medida provisória do Senhor Presidente da República privilegiou São Paulo do elemento poluidor?

Lembro que Caruaru, no triste genocídio por hemodiálise, é um bom exemplo de comodismo e omissão.

Rogo seu apoio por manifestação pública contra o desabastecimento e em favor de combustível sem M.T.B.E. em Curitiba e no Paraná.

Saudações paranistas.

Sala das Sessões, em 24.04.96.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO
Prefeito de Curitiba

Informações da Secretaria Municipal do Meio Ambiente
M.T.B.E.

O que é?

O M.T.B.E. ou Metil Tercil Butil Éter é um produto resultante de processo petro-

químico, que se pretende utilizar como aditivo à gasolina, em substituição ao A.E.A.C. (Álcool Etílico Anidro Combustível).

Efeitos sobre a qualidade do ar

Estudos realizados pela CETESB indicam que a redução do teor de AEAC de 22% para 18% ou 12%, dependendo da região, trazem os seguintes inconvenientes:

1 - aumento da emissão de poluentes, especialmente de monóxido de carbono, que no caso mais radical, de redução de 12%, irá variar de 50% a 200%, dependendo do tipo de veículo;

2 - torna os componentes orgânicos emitidos mais agressivos à saúde e ao meio ambiente;

3 - aumenta o teor de enxofre da gasolina, resultando em incremento proporcional na emissão dos seus danosos subprodutos que, além de poluírem o ar, diminuem a vida útil dos catalisadores. Ainda, no caso de motores desregulados em veículos com catalisador, podem ocasionar a emissão de cheiro de "ovo podre";

4 - diminui a octanagem da gasolina afetando negativamente o consumo de combustível, o desempenho do veículo e a sua vida útil.

De acordo com as informações disponíveis, a intenção de uso do M.T.B.E. na gasolina é de no máximo 15%. Isto equivale a cerca de 7,5% de AEAC, cujas consequências serão piores do que as citadas acima.

Situação de Curitiba - Inversão térmica

Neste período do ano é frequente a ocorrência da inversão térmica em Curitiba, fenômeno que, pela alteração do gradiente de temperatura nas camadas atmosféricas, dificulta a dispersão dos poluentes emitidos pelas diversas fontes. Como consequência, ocorre um aumento da concentração destes poluentes nas camadas mais baixas da atmosfera.

Portanto, os efeitos nocivos do uso de gasolina com adição de M.T.B.E. neste período, serão agravados em função das condições climáticas.

DECRETO N° 246

O Prefeito Municipal de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram conferidas pelos art. 23, inciso VI e art. 30, inciso I, da Constituição Federal, arts. II, inciso XII, 72, inciso IV e 185 a 195, da Lei Orgânica de Curitiba, arts. 4°, 5°, 64 e 65, da Lei n° 7.833/91.

Considerando que o uso de gasolina com M.T.B.E. (Metil, Tercil, Butil, Éter) implica em aumento da emissão de poluentes atmosféricos.

Considerando que o Município de Curitiba apresenta inversões térmicas frequentes, especialmente nos meses de maio à agosto, fenômeno este que dificulta a dispersão de poluentes para as camadas mais altas da atmosfera.

Considerando que o M.T.B.E. além dos efeitos danosos à saúde, decorrentes do aumento da emissão de poluentes, também apresenta risco de saúde às pessoas expostas ao produto.

Considerando que a Medida Provisória editada em 17 de abril de 1996, não foi precedida de Estudo de Impacto Ambiental para avaliar as consequências de sua implantação e/ou considerar outras alternativas para substituição do A.E.A.C. (Álcool Etílico Anidro Combustível), decreta:

Art. 1° - Fica proibida a distribuição e comercialização de gasolina com mistura de M.T.B.E. (Metil, Tercil, Butil, Éter) no Município de Curitiba.

Art. 2° - O não cumprimento das disposições do presente decreto implica nas sanções previstas na Lei n° 7.833/91.

Art. 3° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

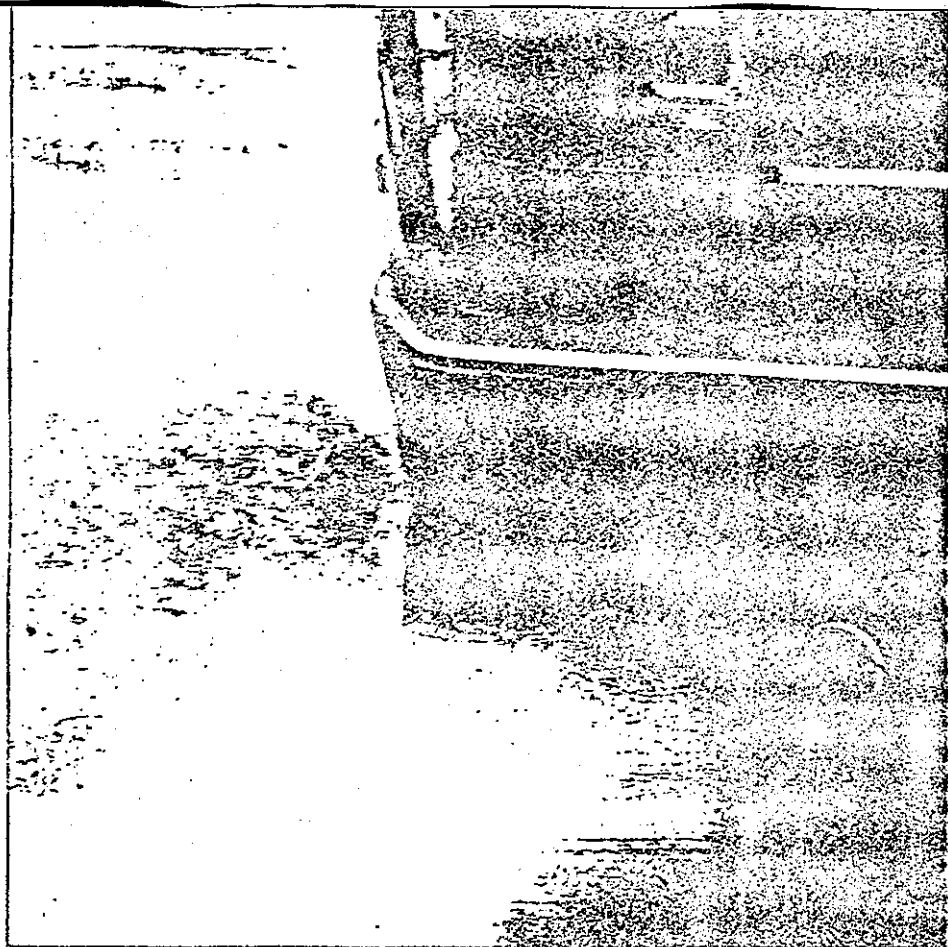
Palácio "29 DE MARÇO", em 22.04.96.

(aa) RAFAEL VALDOMIRO GRECA DE MACEDO

Prefeito Municipal

SÉRGIO GALANTE TOCCHIO

Secretário Municipal do Meio Ambiente



Em algumas cidades, a emissão de poluentes nos carros vai dobrar

a circulação de carros com gasolina pura, muito mais poluente. A diferença com o Brasil é que aqui já se produz um aditivo limpo, o álcool anidro, que agora está em falta. Mas essa crise era previsível. O consumo de combustíveis subiu 22% em 1995, ao mesmo tempo que 1,1 milhão de novos carros foi acrescentado à frota nacional. Em vez de prevenir o colapso, a Petrobrás perdeu tempo e só começou a transportar o álcool nordestino para o resto do país com dois meses de atraso.

TESTES — A melhor comparação entre álcool anidro e MTBE como aditivo da gasolina foi feita pela própria Petrobrás em 1992, em Porto Alegre. Os testes realizados na Refinaria Alberto Pasquini mostraram que, em um Gol GL 90, a gasolina com MTBE emite mais do que o dobro de monóxido de carbono em comparação com a mistura com o álcool (veja quadro). Apesar dessa pesquisa, a Petrobrás decidiu ilegalmente autorizar o uso do MTBE no Rio Grande do Sul desde 1990. "Os tanques vêm furando com muito mais facilidade", diz Ivan Tavares, consultor técnico da Panambra, uma das maiores revendas Volkswagen do Estado.

O aditivo polêmico também será fabricado em três refinarias da Petrobrás. "É uma coincidência estranha que a empresa passe a produzir esse aditivo justamente agora", diz Alfred Szwarc. "A decisão de produzir MTBE foi tomada bem antes da crise de abastecimento do álcool", rebate José Luiz Jardim, chefe da assessoria de qualidade de produção da Petrobrás. "A produção será toda exportada." Ainda não há resultados definitivos sobre os efeitos do MTBE na saúde humana, mas em três Estados americanos a substância foi proibida, por suspeita de causar irritações e náuseas. Ou seja, durante um mês — pelo menos — o brasileiro da maioria das grandes cidades vai respirar pior porque a estatal Petrobrás dormiu no ponto.

AMBIENTE

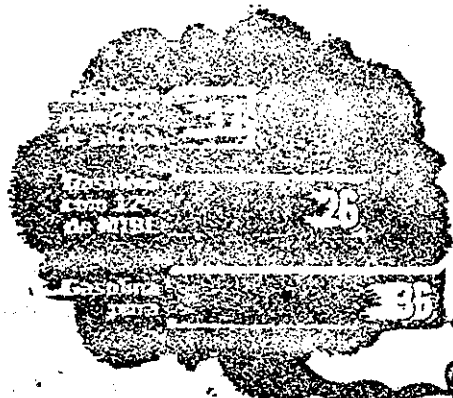
Mais veneno no ar

Erro de planejamento obriga o governo a usar na gasolina um aditivo que polui muito mais que o álcool

O governo decidiu, na semana passada, dar sua contribuição ao envenenamento do ar nas cidades. Durante um mês, grande parte da frota de carros do país vai rodar com gasolina misturada a um composto chamado metil tercio butil éster, MTBE. Nesse período, o MTBE será usado como substituto do álcool anidro, hoje em falta, na mistura com a gasolina. A troca vai aumentar brutalmente a poluição nas cidades e pode afetar o desempenho dos motores. Embora oficialmente o governo negue os riscos ambientais da substituição, nas duas maiores cidades do país, São Paulo e Rio de Janeiro, continuará sendo vendida gasolina com álcool anidro e sem MTBE. "Só isso já comprova que há um risco para o meio ambiente", afirma Alfred Szwarc, diretor da Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental de São Paulo, Cetesb. Além das duas cidades, as regiões Norte e Nor-

deste continuarão rodando com a gasolina normal. No resto do país, a adição de MTBE pode chegar até a 15%.

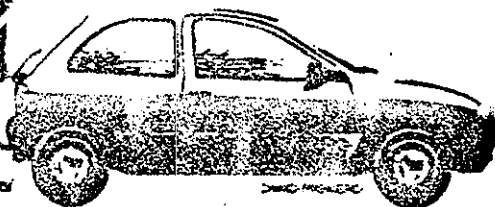
O MTBE é volátil como o éter, produzido a partir do petróleo. Começou a ser usado como aditivo de combustíveis em 1990, quando os Estados Unidos proibiram



O que polui mais

A adição de MTBE à gasolina mais que dobra a emissão de monóxido de carbono, em relação à mistura com álcool*

* em gramas por quilômetro rodado, com carro fabricado em 1990



Fonte: Refinaria Alberto Pasquini

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1139

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa da Assembléia, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 151/96 (Mensagem n° 41/96), de autoria do Poder Executivo, item 03 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 24.04.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1141

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa da Assembléia Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 150/96 (Mensagem n° 40/96, de autoria do Poder Executivo, item 03, da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 24.04.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1144

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 05/96, que considera o tempo de serviço prestado, como estágio probatório.

Sala das Sessões, em 24.04.96.

(a) IRONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO N° 1148

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa da Assembléia, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 088/96, de autoria do Deputado Algaci Túlio.

Sala das Sessões, em 24.04.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1140

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 24.04.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHEITTI

REQUERIMENTO N° 1146

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado votos de condolências à família Almeida, pelo trágico acontecimento do falecimento da Sra. Maria Wasilewski de Almeida, no Município de Irati.

Conhecida como Manucha, nasceu no dia 13.06.24, era casada com Alcides Cordeiro de Almeida já falecido.

Mãe de três filhos: Alcides Wasilewski de Almeida (dentista), Pedro Wasilewski e Maria Cristina Fornazzari, já falecida.

Trabalhou desde criança com seus pais, que eram proprietários da Panificadora Irati, depois casou-se e continuou trabalhando até o ano de 1982, quando venderam a Panificadora.

A família enlutada, que Deus na sua infinita bondade dê forças e alento a todos, para que cada um continue no desempenho de suas atribuições nesta vida.

Sala das Sessões, em 24.04.96.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1147

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado votos de condolências à família Batista, pelo trágico acontecimento das mortes em acidente de trânsito, do Sr. Valdemar Batista e da sua filha Michelli Batista, ocorrido no dia 20, deste mês de abril.

O Sr. Valdemar, nascido em 12.11.1939, era casado com a Sra. Maria Aparecida Chuchene Batista era pai de três filhos: Marcelo Batista, formado em medicina; Márcia Batista, comerciante e da jovem Michelli Batista que também faleceu neste trágico acidente.

O Sr. Valdemar, nasceu na comunidade do Rio Preto, Município de Irati. Trabalhou com seus pais na agricultura até os 27 anos de idade quando casou-se e veio morar na Cidade de Irati. Trabalhou com sua mãe e seu padasto com muito sacrifício construiu seu próprio Hotel, denominado de Hotel e Restaurante Colonial, localizado na Rua Dona Noca, 55, em Irati. Foi membro do Rotary Club de Irati até a data em que Deus o chamou.

A família enlutada, que Deus na sua infinita bondade dê forças e alento a todos, para que cada um continue no desempenho de suas atribuições nesta vida.

Sala das Sessões, em 24.04.96.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1134

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições (art. 132, § 1º, III, do Reg. Interno), REQUER após ouvido o Plenário, a inserção em Ata votos de congratulações a Frederico Gerber & Cia. Ltda (Holandeza, Lanchonete, Restaurante, Confeitaria e Hotel), pela inauguração de suas novas instalações, ocorrida no último dia 02 deste.

Sala das Sessões, em 24.04.96.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

A pretensão de inclusão em Ata de votos de congratulações a Frederico Gerber & Cia Ltda (Holandeza, Lanchonete, Restaurante, Confeitaria e Hotel), pela inauguração de suas novas instalações, ocorrida no último dia 02 deste se faz necessária, posto que demonstra a importância que a Empresa representa para nós, motorista e turistas que em nossas viagens para o Litoral ou Capital Paranaense, encontramos um local agradável para o descanso, lazer e realizar nossas refeições.

Tudo começou com uma família de origem alemã. Geraldo Tietle, nascido em Benedito Novo-SC, veio para o Paraná em 1956, quando ainda era estrada de chão batido. Montou chalés em 1956, às margens da Rodovia do Café.

Em 1974 a família passou a morar no lugar atual.

Frederico Gerber, filho de Geraldo Tietle, continua no empreendimento da família, estando à frente da "Holandeza". Juntamente com sua esposa e filhos, cunhadas e familiares, além dos funcionários são responsáveis pela qualidade do atendimento e funcionamento da empresa que há tantos anos ali se encontra.

Situada às margens da Rodovia do Café (BR-376), Km 297, no Município de Mauá da Serra, em local privilegiado, na Serra Paranaense, com clima agradável, e com suas novas e amplas instalações propiciam um local que é ponte de amizade, de família, de turismo, de lazer, de amor à tradição, de fortalecimento dos valores da família.

Por isso, pedimos a inserção em Ata do Poder Legislativo Estadual, votos de congratulações a Frederico Gerber & Cia Ltda (Holandeza, Lanchonete, Restaurante, Confeitaria e Hotel) pela inauguração de suas novas instalações ocorrida no último dia 02 deste.

REQUERIMENTO N° 1137

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações ao Diretor da Televisão Bandeirantes do Paraná Joel Malucelli e ao jornalista Paulo Pedron.

Requer, ainda, que da decisão do douto

Plenário, seja dado conhecimento à equipe na Rua Santa Cecília, 42 - Bairro Pilarzinho - CEP: 80.810-070 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 24.04.96.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

A produção de programas jornalísticos paranaenses foi agraciada com a estréia do "Arena", comandado pelo jornalista Paulo Pedron. Fórum permanente de debates de questões que interessam à sociedade do Estado, a produção local conduzida pelo combativo profissional vem valorizar, ainda mais, a disposição da Televisão Bandeirantes do Paraná em aproveitar este espaço tão importante. Parabéns ao Paulo Pedron e equipe. Felicitações também ao Diretor da emissora, empresário Joel Malucelli, responsável por mais esta conquista.

REQUERIMENTO N° 1138

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada mensagem de cumprimentos ao jornal HOJE, de Cascavel, pela passagem, no dia 1º de maio, de seus 19 anos de fundação, e pelo dia do trabalhador, parabenizando seus funcionários.

Sala das Sessões, em 24.04.96.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

Tradicional Jornal de Cascavel, o HOJE é fonte segura de informações para toda a população do oeste paranaense. Representa um jornalismo sério e digno, que deve ser exaltado ao completar quase duas décadas de existência.

REQUERIMENTO N° 1136

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições (art. 129 e seguintes do Reg. Interno), REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Sr. Everardo Maciel, DD. Secretário da Receita Federal (Ministério da Fazenda, Esplanada dos Ministérios, Edifício Sede, Bloco P, 7º andar, Brasília-DF, 70.048-900), solicitando a isenção de multas sobre a não entrega da DCTF, declarações de Renda Pessoa Jurídica e Física por determinado período, dando incentivo ao contribuinte para regularizar sua situação, a mudança dos vencimentos das Declarações (DIP, DIRF, DCTF) relacionados em intervalos de dois em dois meses ou a consolidação de um único relatório, agregando informações de todos os órgãos da União, Estados e Municípios.

Sala das Sessões, em 24.04.96.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

Os profissionais que atuam na área

contábil, dedicam diuturnamente seu trabalho com o objetivo de atender a aplicação das legislações em geral, cumprindo fielmente os prazos de vencimentos. Entretanto, estão sobrecarregados com todos os compromissos no primeiro semestre de cada exercício fiscal e contábil.

É impossível a apresentação no prazo das declarações DIP, DIRF, DCTF e Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Física e Rals.

Por isso, solicitam a isenção de multas sobre a não entrega da DCTF, declarações de Renda Pessoa Jurídica e Física por determinado período dando incentivo ao contribuinte para regularizar sua situação, a mudança dos vencimentos das Declarações (DIP, DIRF, DCTF) relacionados em intervalos de dois em dois meses ou a consolidação de um único relatório, agregando informações de todos os órgãos da União, Estados e Municípios, proporcionando benefício com a redução de custo de fiscalização, informatização, tempo e valores alcançando a certeza da unidade das informações de dados, facilitando a fiscalização posto que quando uma das repartições fiscalizar um contribuinte, poderão encontrar qualquer irregularidade que possa existir nas empresas, comunicando os fatos as demais sobre o ocorrido, sendo obrigatoriamente repassar estas informações ao contribuinte e ao seu contador.

REQUERIMENTO N° 1142

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S/A. - TELEPAR, no sentido de atender o pedido dos moradores da Vila Independência II - Pinheirinho, os quais solicitam a instalação de um telefone público na Mercearia Fernanda, localizada na Rua Álvaro Silva Abelardino n° 357, entre as Ruas Olívia Bandeira Singer e Leonildio Balaban. Muitas pessoas residem nas proximidades e um telefone público instalado nesse ponto comercial beneficiará a todos.

Sala das Sessões, em 24.04.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1143

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente, subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Avenida Cândido de Abreu - Centro Cívico, proximidades dos Tubos do Ligeiri-

nho, tendo em vista que nesses locais ocorrem assaltos frequentemente.

O pedido está sendo feito pelos usuários desses ônibus, os quais encontram-se muito apreensivos com a situação.

Sala das Sessões, em 24.04.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1145

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, no sentido de viabilizar estudos referente ao pedido dos moradores do Bairro Alto, da Rua Rio Iriri, os quais solicitam a implantação de uma Agência Bancária para atender a população.

Muitas pessoas residem nesse bairro e a implantação de uma agência beneficiaria a todos.

Sala das Sessões, em 24.04.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhores Professores de todo o Paraná, que abrilhantam a sessão dessa tarde na Assembléia Legislativa.

Subo à tribuna para em nome da minha bancada, a Bancada do Partido dos Trabalhadores manifestar mais uma vez a nossa solidariedade e o nosso apoio à posição tomada hoje, democrática e soberanamente, pelo conjunto dos professores do Paraná junto a Diretoria da APP, com relação a nova tabela do governo.

Durante mais de um ano, participamos não apenas como Deputado do Partido dos Trabalhadores, mas também na condição de Presidente da Comissão de Educação e Cultura dessa Casa de todas as negociações feitas com o governo.

Sabemos por isso mesmo, que essa pequena vitória é fruto muito mais da luta de vocês, da forma como os professores através da sua direção se conduziram de forma dura, endurecendo quando necessário, inclusive compreendendo dificuldades no momento em que vivemos e é por isso que estamos aqui manifestando a nossa solidariedade. Esse acompanhamento que tivemos junto sempre com a posição de vocês, em todos os momentos.

Sabemos que é uma pequena vitória e muitas outras serão conquistadas, mas é um marco, acho que nos últimos 10 anos da luta dos professores do Paraná. Justamente uma diretoria mais progressista, uma diretoria que rompeu com um vínculo cliente-

lista de muitos anos, hoje se afirma perante a categoria, os professores da ativa, os professores também aposentados, dando um exemplo de uma forma de luta nova, desse momento grave porque passa não só o nosso Estado, mas o nosso país.

Nosso parabéns a vocês em nome da Bancada do PT, votaremos favoravelmente à Mensagem do governo, como é a vontade dos professores do Paraná.

Temos certeza, que essa trégua de 30 dias servirá também para um aprofundamento, para uma reflexão por parte dos professores nas escolas, junto com estudantes, pela grave crise porque passa a Educação em nosso país e em nosso Estado.

Servirá também para acumular forças para que novas conquistas se concretizem no futuro, tais como, a hora/atividade, manifestamos o nosso apoio a essa luta. É um absurdo que num país como o nosso, um Estado como o nosso, um dos Estados mais ricos do Brasil, um professor tem que lecionar 40 horas de aula por semana, para viver com um mínimo de dignidade.

O professor precisa não só para si mesmo mas também para a evolução cultural de cada estudante, de cada escola, a evolução cultural da sociedade por um tempo livre para poder estudar, corrigir tranquilamente as suas provas e amadurecer culturalmente para transmitir às suas gerações futuras.

Manifestamos também, que vocês continuam lutando para que a regência de classe continue a existir, na medida que há uma reivindicação histórica da APP...

(Aplausos).

A reivindicação histórica da APP diz respeito ao piso nacional, mas sem que se tire a regência de classe a esses professores que estão aí com insalubridade, recebendo pó de fíz o dia todo, para diferenciar, inclusive o trabalho do professor na sala de aula de um trabalho democrático qualquer.

Também continuamos juntos com os professores na luta pelo IPE, o repasse que o governo não faz, e que os hospitais têm dificuldade de continuar atendendo os funcionários do Estado do Paraná, pela falta de recursos, de repasse que é obrigado a fazer e não faz.

Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhores Professores.

Neste momento em que essa nova tabela é votada, uma reflexão tem que ser feita com urgência, se o governo criou o nível FG-7, ao qual só tem acesso os professores que têm especialização de 36 horas, com urgência o governo precisa dar condições reais para que o professor possa fazer a especialização.

(Aplausos).

Portanto, a nossa primeira cobrança é

que essa tabela se efetive realmente, e que se abra realmente um programa de especialização para curso de mestrado, doutorado aos professores do Estado do Paraná.

(Aplausos).

É também com alegria que fazemos nesta Casa a divulgação de que o nosso projeto há mais de um ano tramita nesta Casa de Leis aumentando o número de dirigentes sindicais liberados que vão beneficiar principalmente a APP e os grandes sindicatos dos funcionários públicos do Estado. Tivemos um acordo, estavam presentes o Líder do Governo nesta Casa, o Deputado Algaci Túlio, o Deputado Rossoni, Presidente do PDT nesta Casa, onde o Secretário Giovanni Gionédís nos garantiu que aceitaria o projeto num limite de 16 professores liberados nos movimentos sindicais liberados, isto também é um avanço da conquista histórica da categoria.

Por último, colocamos os nossos gabinetes, - e tenho a certeza que todos os Deputados desta Casa que compõem a Comissão de Educação e Cultura estão com os gabinetes abertos aos professores - para que se faça ouvir sua voz e suas reflexões.

Parabéns a vocês e continuemos juntos essa luta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada, Senhores Professores.

Subo a esta tribuna, primeiramente endossando as palavras do Deputado Péricles Mello que, fala em nome da nossa bancada, e parabenizar a excelente atuação da APP Sindicato, da qual fiz parte quando oposição cutista lá pelos idos de 1988.

Naquele tempo, Senhor Presidente, que éramos da oposição, apenas oito professores do Paraná todo hoje, consagrado com a brilhante atuação dessa diretoria, e com a vitória, que com certeza hoje tanto os Deputados da Situação e da Oposição vão consagrar um avanço significativo para a Classe, quando um pouco mais é reconhecido a luta dos professores do Paraná, e este reconhecimento se dá através da lei que nós Deputados iremos aprovar em breve.

Em segundo lugar, o que me traz à tribuna, é uma visita que a Bancada do PT fez hoje de manhã a Sua Excelência, o Desembargador Claudio Nunes do Nascimento, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, onde por sugestão do Vereador do PT da Cidade Vila Alta, encaminhou a nossa liderança, uma proposta para que tentássemos viabilizar junto ao TJ, uma Câmara especial para julgamento de prefeitos, a exemplo do que existe no Rio Grande

do Sul.

No Rio Grande do Sul existe a chamada 4ª Câmara Criminal, que julga inúmeros processos de prefeitos. Quando em tempos passados se demorava 4 ou até 8 anos para se julgar o prefeito, quando ele já saía da administração, tornava-se inócua qualquer ação ou decisão da justiça. Agora, lá no Rio Grande do Sul, com a criação dessa Câmara Especial, o julgamento se dá no máximo em 8 meses e temos, pelo menos, já lá no Rio Grande do Sul, 30 prefeitos e ex-prefeitos, pendurados na justiça por conta de desvios de verba, por conta da improbidade administrativa, de crime penal, enfim, por conta de vários delitos cometidos por conta da administração e se tem dado um passo ágil para a solução dos problemas.

Quero colocar aqui que o objetivo da Câmara especial para julgamento dos prefeitos é evitar que os processos contra prefeitos caiam no ritmo habitual da justiça comum, com demora de até 4 ou mais anos e como já existe no Rio Grande do Sul e está sendo implantado em vários outros estados e que permite uma maior agilidade por conta da especialização nos processos e torna instrumento útil para nossos vereadores nessas ações.

Para vocês terem uma idéia, atualmente no Estado do Paraná temos 184 denúncias, do ano passado, oferecidas pelo Ministério Público e nesse ano, 19 denúncias e esses processos continuam numa lentidão extrema junto ao TJ, necessitando dessa Câmara Especial.

Existe ainda uma intenção por parte da Presidência do Tribunal de Justiça, Desembargador Claudio Nunes do Nascimento de acolher e já despachou para que houvesse uma procura histórica lá no Rio Grande do Sul de como foi implantada a Câmara e em breve teremos essa novidade que deverá marcar a gestão do Presidente do Tribunal de Justiça e ainda, auxiliar muito a população paranaense que terá um instrumento eficaz junto à justiça, para combater os maus prefeitos sobretudo e temos hoje 151 processos contra prefeitos e ex-prefeitos no Paraná e o trâmite está emperrado e o que acontece? Acaba-se o mandato, por exemplo, da prefeita de Vila Alta, que tem pelo menos 5 ações públicas, dois processos de cassação já votados na Câmara Municipal, mas ela voltou por liminar, mas o mérito ainda não foi julgado.

Então, acabando o mandato dessa prefeita por exemplo, poderemos estender a outros prefeitos, não adianta nenhuma ação. Não vai atender à população e nem aos vereadores. Vão continuar com os delitos, quem sabe, com os problemas administrativos e verbas públicas sendo malversadas, sem ter o pronunciamento da justiça.

Quando se pronunciar, daqui a quatro anos, se tornará essa medida, absolutamente inócua. Com esse interesse a Bancada do Partido dos Trabalhadores procurou o Presidente do Tribunal e foi acolhida com a maior boa vontade por aquele Presidente daquela Corte e em breve, com certeza, teremos essa novidade de uma Câmara Especial para julgamento de prefeitos.

Era só, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Senhor Deputado Nelson Justus.

O SR. NELSON JUSTUS - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Minha saudação especial também aos excelentíssimos professores aqui presentes e aproveito a oportunidade para parabenizá-los pela brilhante conquista. O exercício da democracia é esse mesmo. Vocês todos, através do Presidente da APP estão de parabéns.

Senhores Deputados, peço neste instante, uma especial atenção de Vossas Excelências para um assunto que pretendo abordar nesse instante e que é muito oportuno e que por si só, se todos juntos conseguirmos demover alguns malefícios feitos no passado, se conseguimos remediar o que parecia ser irremediável, valeria por si só, com certeza, a nossa passagem nestes quatro anos aqui na Assembléia.

Senhores Deputados, conta-se que um famoso monarca oriental ao correr pelos seus campos viu um homem de idade avançada a plantar tamareiras. Intrigado com o fato perguntou ao velho plantador: homem, como pode você estar plantando tamareiras, se sabe que estas plantas demoram dezenas de anos para darem frutos? Ao que respondeu o velho plantador: hoje eu como das tamareiras que meus antepassados plantaram e planto novas árvores para que os que vierem depois de mim tenham tâmaras para comer. E o famoso monarca impressionado com a sábia resposta, puxou uma bolsa de moedas e deu-a de presente ao velho plantador, ao que o homem que estava plantando disse: jamais poderia pensar que essas árvores dariam frutos tão rapidamente.

Senhores Deputados, legisladores do presente para o futuro, cabe ao legislador e é dever dos executivos terem a capacidade e a coragem, mais a generosidade de plantar no presente para proteger no futuro. Refiro-me nesta oportunidade a um episódio recente da vida do nosso Estado, acontecido nos dois últimos governos e que infelizmente trouxe reflexos negativos do ponto de vista econômico e social.

Trata-se da liquidação extra-judicial do Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná, o RADEF, cujo pedido foi formulado

ao Banco Central pelo então Governador Dias, com a anuência do então Governador Roberto Requião. Esta atitude dos dois governadores não foi suficientemente explicada e causou malefícios enormes ao Estado do Paraná uma vez que privou o nosso Estado do seu principal órgão de fomento ao desenvolvimento industrial, num momento de profunda crise econômica no País, - em que - mais do que nunca era necessária a geração de empregos.

Sem dúvida alguma, os Senhores Álvaro Dias e Roberto Requião escreveram uma página negra de nossa história, ao acabar de maneira tão equivocada, com um órgão sério e dos mais eficientes entre os congêneres do País.

A função exercida pelo BADEP jamais poderá ser exercida por qualquer outro banco comercial.

E isto nos mostram os exemplos em todo Brasil. Nenhum banco comercial que possui uma carteira de investimento a longo prazo, tem tido sucesso neste setor.

O Banco do Estado do Paraná, sempre desempenhou seu papel de Banco Comercial com competência. Mas a atividade de fomento é onerosa e implica em riscos que nem os bancos estatais comerciais, e nem o setor privado estão dispostos a correr.

O cenário de estabilização econômica está precipitando a falência das instituições financeiras que não possuem a competência, a versatilidade e a criatividade para rapidamente se adaptarem as novas regras de competitividade no mercado. Por consequência, os bancos estaduais, face as suas características, estarão em situação de inevitável privatização, ou se tornarão um elevado ônus para seus Estados.

Por outro lado, os bancos privados serão somente os supridores de recursos para a circulação da moeda, do giro dos negócios de curto prazo e de prestação de serviços financeiros.

E hoje o Paraná, numa arrancada de ultra-desenvolvimento, onde empresas de elevado porte vindas do exterior, investem seu capital e sua tecnologia, - o Paraná repito - carece de um instrumento hábil e competente para auxiliar este potencial de desenvolvimento.

Sem dúvida a mensagem nociva do ex-Governador Álvaro Dias e ratificada pelo ex-Governador Requião, fez o Paraná perder! E abordo, dentro deste contexto, mais uma consequência perversa do fechamento do BADEP, qual seja, o constrangimento e até a humilhação a que foram submetidos os seus ex-diretores e ex-conselheiros, atingidos com a indisponibilidade de seus bens e ação judicial de responsabilidade civil por parte do Ministério Público.

Como todos nós sabemos, personalidades das mais ilustres com ilibada conduta mo-

ral e idoneidade comercial e financeira compunham os quadros diretivos do BADEP, e com o gesto tresloucado da liquidação, sofreram danos morais e financeiros irreparáveis!

Em pronunciamento que fiz, nesta Casa, em 5 de junho de 1991, eu disse: "Errar é humano! Permanecer no erro é diabólico!" Apesar do enorme mal causado, nunca é tarde para recomençar! Atualmente, já se observa em vários Estados, uma grande movimentação no sentido de fortalecer as instituições financeiras de fomento.

No Paraná, nestes últimos anos, observou-se uma grande indiferença para o tratamento desta questão estratégica. É necessário portanto, que tenha que se construir um novo organismo de fomento, e que seja idealizado sob um novo modelo para sua viabilização. Os mecanismos existentes não preenchem nossas necessidades e apresentam enormes deficiências.

O BRDE é uma autarquia interestadual e pretensamente atende aos três Estados: Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, o que acaba prejudicando mais o Paraná, porquanto Santa Catarina permanece com seu Banco de Desenvolvimento e o Rio Grande é o berço de origem do BRDE.

Além disso, uma instituição financeira de fomento, que tem papel fundamental de atrair investimentos, fatalmente penderá em favor de seu Estado de origem, principalmente naqueles investimentos considerados estratégicos.

Como ficaria por exemplo, se o BRDE tivesse que optar quanto a instalação da fábrica Renault, entre Paraná, Santa Catarina ou Rio Grande do Sul?

O Estado do Paraná, que disputa palmo a palmo com outros Estados os investimentos industriais, não pode ficar a mercê de uma instituição que não pode servir a dois senhores ao mesmo tempo. A carteira de fomento do PANESTADO, pelas razões já expostas anteriormente, apresenta as dificuldades que se devem à cultura da instituição, voltada para a atividade do banco comercial.

O Governo Jaime Lerner vem realizando um grande esforço, com a expectativa de grandes transformações econômicas e sociais. Porém, as instituições financeiras de fomento existentes, apresentam com atuação incompatível, e colocam nosso Estado em posição de desvantagem em relação a outros Estados, na luta pela atração de investimentos.

É necessário portanto, que o Governo do Estado, com apoio desta Casa de Leis, crie uma Agência de Desenvolvimento, genuinamente estatal, em que as ações de fomento assumam características de essencialidade, abandonando-se definitivamente o caráter acessório dos mecanismos existen-

tes. Condições técnicas nós possuímos.

1) O BADEP está com sua situação em fase final de equacionamento. Possui um ativo de cerca de R\$ 1.200.000,00 e passivo da ordem de R\$ 250.000,00.

2) Estes recursos próprios se adicionariam a outras fontes de captação, como royalties, repasses do FUNDOS, BIRD, BID, FINEP, IPC, EMBRATUR etc.

3) A utilização do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, incluindo participações acionárias em alguns empreendimentos.

4) A elaboração de projetos e programas de desenvolvimento identificados com as potencialidades e necessidades do Paraná.

Finalizando, afirmo que a questão do fomento no Estado do Paraná, é uma equação mal resolvida desde a liquidação do BADEP.

Sua solução passa pela tomada de uma corajosa e ousada decisão política, que privilegie os legítimos interesses do Paraná.

Não é possível, que a essa altura do campeonato, nós leiamos na imprensa aqueles mesmos demagogos que usaram exclusivamente a idéia do marketing político, para sepultar um pouco do fomento do Paraná, queiram ressuscitar o irressuscitável.

O esforço do momento para a tomada desta decisão política, pode ser comparada ao trabalho do velho plantador de tamareiras! As gerações futuras nos agradecerão, e a colheita virá muito antes do que se espera.

Que Deus inspire nosso Governo, que sem dúvida nenhuma será recompensado pelos dividendos históricos, e que serão creditados ao responsável pela implementação deste organismo de fomento e progresso para o Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Nereu Moura com a palavra.

O SR. NEREU MOURA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente quero fazer uma saudação aos professores do Paraná aqui reunidos, e parabenizá-los pelas conquistas, e dizer-lhes, que conquistas outras terão que ser ainda havidas através da luta, do empenho e da mobilização, porque nada cai do céu. É preciso um empenho, e a presença dos professores do Paraná aqui, ontem e hoje, através da APP, foi exatamente o que propiciou algumas conquistas que hoje nós iremos aprovar aqui nesta Assembléia, mas outras ainda serão preciso somar-se a essas para que os professores do Paraná tenham dignidade e sejam respeitados.

Senhor Presidente, o que me traz também a esta tribuna é relatar a ação da Comissão de Terras deste Parlamento, em re-

lação ao episódio verificado recentemente lá no Centro Oeste do Paraná, quando os agricultores sem-terra, ocuparam uma fazenda. A fazenda Pinhão Palo, de propriedade da Empresa Giacometi Marodin, no Município de Rio Bonito do Iguaçu.

A ação rápida da Assembléia Legislativa, assumindo de imediato o comando das negociações, entre os sem-terra e o proprietário da área, com a interveniência de entidades civis, impediu desdobramentos indesejáveis para o problema criado com a ocupação de parte da fazenda Pinhal Palo, em Rio Bonito do Iguaçu.

A Comissão de Terra, Imigração e Colonização da Assembléia conseguiu reunir na mesma mesa representantes do MST e Diretores da empresa Giacometi Marodin, além de representantes do Ministério Público Federal e Estadual, Pastoral da Terra, Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Instituto Ambiental do Paraná, INCRA e Universidade Federal do Paraná. Presentes também o Vereador Jorge Samek, os Deputados Irineu Colombo, Ângelo Vanhoni e o Deputado Augustinho Zucchi, representando a liderança do governo na Assembléia.

Como primeiro resultado prático, conseguiu-se dos Diretores da empresa o compromisso de que o grupo apresentaria até esta quarta-feira, às 05:00 hs. uma resposta circunstanciada da venda de parte da área, para assentamento definitivo dos agricultores. De parte do MST conseguiu-se o compromisso de que nada seria feito por parte dos invasores, até que a empresa apresentasse sua proposta.

Na última sexta-feira, dia 19, todos os membros da comissão se dirigiram a Laranjeiras do Sul, onde se reuniram com o Juiz Marco Antonio Antoniassi, ouvindo dele as afirmações de que não emitiria despacho no pedido de reintegração de posse solicitado pela empresa, até que o INCRA respondesse às indagações que apresentou. O Juiz disse que cuidaria do caso com prudência e cautela, atentando inclusive para o lado social da questão.

Após, a comitiva da Assembléia Legislativa dirigiu-se até a área ocupada, para relatar aos líderes do movimento a marcha dos acontecimentos e obter deles o compromisso de que nada mais seria desmatado, a invasão não avançaria terra a dentro e evitar-se-ia que novas famílias se juntassem aos ocupantes. Houve concordância, mas ficou claro que os invasores não estavam dispostos a abandonar a área ocupada. No entanto, estavam dispostos a negociar.

Amanhã, aliás hoje Sr. Presidente, na sala de reunião das Comissões aqui na Assembléia, a direção da empresa Giacometi-Marodin deverá apresentar sua proposta de venda de parte da propriedade. A partir deste momento, estão definitivamente colo-

cadadas as cartas na mesa para o início efetivo das negociações. Os sem-terra deram prazo de 30 dias para que uma solução pacífica fosse apresentada.

Quero aqui Sr. Presidente louvar a iniciativa do Presidente do Tribunal de Justiça, Claudio Nunes do Nascimento, que recomendou aos Juizes muita cautela antes de expedir liminar de reintegração de posse. Vivemos num Estado de Direito, em que a ordem judicial deve ser cumprida de imediato. No entanto, às vezes, um acordo vale mais que uma demanda, e as ocorrências trágicas estão aí para comprovar o ditado.

Nesse contexto, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná assumiu de fato o seu papel de Casa do povo. Trouxe para si o fórum ideal da negociação entre as partes envolvidas, com a participação de entidades civis organizadas.

Nesse processo, não há coloração política, nem ideologias partidárias. O que a Assembléia Legislativa busca, através da sua Comissão de Terras, Imigração e Colonização é fornecer os instrumentos para que o governo, tanto Estadual quanto o Federal encontrem a solução pacífica para um impasse que, via de regra tem seu desfecho banhado em sangue e violência. Está aí o caso do Pará. Está aí o caso de Rondônia. Esses trabalhadores sem-terra tombaram cruelmente, através de chacinas desencadeadas pelas forças de repressão.

No Paraná, a ação da Assembléia Legislativa resgata a imagem do político. Devolve aos parlamentares a credibilidade, junto a opinião pública. A classe política, quando abraça uma causa, como esta, de extrema gravidade e de consequências imprevisíveis, se não for corrigida, cresce no conceito da população, na repercussão positiva da mídia, que traduz com veracidade o desenrolar dos acontecimentos.

Os parlamentares paranaenses, se sentem animados e estimulados a avançar entendimento, como mediadores fidedignos de um impasse em que vidas e interesses econômicos estão visceralmente envolvidos.

O Paraná mais uma vez está dando um exemplo ao Brasil, de como se resolve de comum acordo um problema, que na verdade, não foi ele quem criou. A Reforma Agrária, que caminha a passos de tartaruga e que gera toda uma situação de intranquilidade e até mesmo de desespero, conduz a esse tipo de coisa, com a qual não concordamos, mas justificamos, porque a fome é coisa séria. E o Governo federal está brincando com coisa séria, ao anunciar um vasto programa de reforma agrária e não o executando apenas ficando na conversa fiada, no papo furado, produz expectativas frustradas, que levam invariavelmente ao conflito.

Mas de quem realmente é a culpa pelas tragédias verificadas nos conflitos entre

sem-terra é a polícia? Será que é só do soldado que aperta o gatilho? Atrás desse gatilho tem os filhos espúrios do regime Ditatorial. Tem o deputado, o senador, que não aprovam a lei da reforma agrária, movidos quem sabe por interesses subalternos e corporativos. Tem o Governador, que não aciona a sua bancada no Congresso Nacional e finge não saber o que está por acontecer. Tem a justiça, abarrotada de processos, que não consegue punir os implicados. Tem o Presidente da República que prioriza o econômico em detrimento do social. Em resumo, por trás desse gatilho, estamos nós, a Sociedade, que aceitamos passivos a injeção de bilhões de reais em instituições financeiras falidas pela má-gestão, pela ganância e pelo roubo, e não erguemos nosso brado de socorro para a nossa agricultura, para a Educação nosso produtor com ou sem-terra. Por que o agricultor com terra, também esse está na UTI.

Quando o homem parte para a conquista do Universo, quando mergulha fundo na escuridão dos mundos, é inaceitável que milhões de brasileiros passem fome pisando em milhões de hectares de terras férteis.

O momento, de extrema convulsão social, exige reflexão profunda. Nós, aqui do Paraná, com assento nesta Assembléia Legislativa, estamos interessados única e tão somente em encontrar os meios para que os invasores invadidos tenham os seus interesses maiores resolvidos de forma pacífica, sem violência, muito menos derramamento de sangue. No Paraná, sangue não é adubo para ser jogado na terra, esse é o espírito que nos move na direção da solução sem confronto. Tudo faremos para que a Polícia seja a mera espectadora neste processo, Senhor Presidente.

E quero aqui agradecer o Presidente desta Casa, Anibal Khury, pelo apoio, pela força, como tem prestigiado a Comissão de Terras desta Assembléia, para que nós possamos sair deste processo, sair de cabeça erguida para que não haja derramamento de sangue, para que não haja violência, para que não haja execução sumária, como houve em Rondônia e como houve no Pará.

A Assembléia Legislativa do Paraná vai dar exemplo ao Brasil de como se faz Reforma Agrária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Quero registrar a presença do Sr. Secretário de Obras, Doutor Danti Belinati.

Fica a vontade, Secretário.

Concedo a palavra Pela Ordem ao Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI (Pela Ordem) - Senhor Presidente Anibal Khury.

Regimentalmente, todos nós poderemos

usar a tribuna, fazer os pronunciamentos sobre os vários assuntos. No entanto, Senhor Presidente, em que pese o Regimento ser um instrumento muito democrático para uso de todos nós Deputados, considerando, Senhor Presidente, que estamos no final do mês, e considerando que se cada Deputado usar a tribuna esta Sessão vai se arrastar noite adentro e a nossa idéia, inclusive, é de que o projeto que beneficia os Professores e a Polícia Militar, ao invés de ser votado hoje, amanhã, quem sabe ter Emenda, cair para segunda-feira, não entrar na folha de pagamento deste mês, e nós sabendo do aperto, da dificuldade que cada professor tem, sei que seria o maior transtorno esses valorosos professores voltarem para os mais diversos municípios do Paraná, sem que o projeto esteja totalmente aprovado.

Então o apelo, Senhor Presidente, é que nossos colegas abram mão dos pronunciamentos, porque já tivemos aqui muitos discursos, os professores já aplaudiram bastante, e que agora, nós, ao invés de conversas, passaremos para os "finalmentes", aproveemos o projeto para que melhore o salário do professor.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Temos ainda, o Deputado Tureck, e o Deputado Caíto Quintana, no Pequeno Expediente e no Grande Expediente. E há o Horário das Lideranças.

A Presidência só pode cassar a palavra destes Deputados se eles assim desejarem.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, estou inscrito no Grande Expediente. Muito bem, declino do Grande Expediente, mas só quero dizer uma coisa, deixar claro, a votação da Mensagem do Executivo de aumento dos professores, com a presença de companheiros da APP que estiveram juntos, foi votada na CCJ, entrou hoje e foi dado parecer hoje, foi acordado na CCJ que será votado em 1.^a votação hoje e em 2.^a votação hoje também.

Tantas quantas Sessões Extraordinárias forem necessárias ser feitas para terminar a votação hoje. Portanto, deixa-se claro isso aos professores aqui presentes, que esta mensagem não será votada na Sessão Ordinária, será na Extraordinária, e nós, sob o compromisso de 54 Deputados, não sairemos daqui antes de terminar a 2.^a votação.

Mas eu declino da mesma forma por solicitação do Deputado Belinatti, declino do Grande Expediente, espero poder tratá-lo amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK (Pela Ordem) - Senhor Presidente, só queria dizer uma coisa aos Senhores Deputados. Não poderia, de forma alguma, Senhor Presidente, de dizer as minhas palavras, daquilo que sinto no meu coração. De ser solidário com os professores, porque fui 8 anos professor, a minha esposa é há 24 anos professora, e eu dizia, uma alegria muito grande foi eu receber hoje, em meu gabinete, Senhor Presidente, os professores do Município de Campo Mourão. Em nome de Campo Mourão eu saúdo os professores do Paraná, declino da minha palavra para dizer uma coisa: trabalho é sinônimo de nobreza, e nobreza é o trabalho do professor do Paraná.

É por isso, Senhor Presidente, que eu não poderia deixar de aqui dizer do empenho do Líder do Governo de apressar nas votações entrando esse projeto hoje. E aquilo que disse o Deputado Caíto: somos empregados do povo, e é por isso que vamos votar hoje para que os professores saiam daqui realizados.

Porque o professor é o nosso guia, Senhores Deputados, para um futuro melhor, porque o professor é quem educa os nossos filhos e educa os filhos do povo do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Emerson Nerone.

O SR. EMERSON NERONE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Plagiando o professor Romeo, início dizendo: Senhor Presidente, Senhores Deputados, nobres professores que acompanham esta Sessão de hoje aqui. Senhor Presidente, não poderia deixar de falar, exatamente porque vim comunicar uma passeata que vai ter em Curitiba, que inicia às 16:00 horas. Portanto, seu eu deixar de falar, amanhã a passeata já foi.

Quero comunicar à Assembléia Legislativa, fazer um convite conforme o horário que sairmos daqui, para que os Senhores Deputados e todos os senhores presentes aqui nesta Sessão da Assembléia Legislativa no dia de hoje. Vai sair a partir das 16:00 horas da Praça Rui Barbosa e caminhar pela Cidade de Curitiba, por todo o centro de Curitiba e encerrar às 19:00 horas na Catedral Metropolitana de Curitiba, com ato ecumênico. Uma passeata com 19 cruzes, 19 pessoas carregarão 19 cruzes. Essas pessoas acompanharão essa passeata em silêncio por toda a grande Curitiba com uma corneta e um tambor. A corneta e o tambor serão os únicos instrumentos de protesto, não vai se falar nada durante toda essa passeata a não ser apenas marcar passo a passo lentamente pelo centro de

Curitiba as 19 mortes que aconteceram em Eldorado de Carajás, no Pará.

Portanto, sai às 16:00 horas da Praça Rui Barbosa, caminha pelo centro de Curitiba e acaba às 19:00 horas num ato ecumênico na Catedral Metropolitana de Curitiba.

Esse ato quer ter a participação da maior quantidade possível de pessoas, exatamente para tentar desmistificar que o problema agrário, que o problema da reforma agrária é um problema da pessoa do campo, das pessoas que vivem nas pequenas cidades e quer mostrar que a reforma agrária é um problema sim, do homem da cidade grande, do homem da cidade pequena, da cidade média, porque é no campo que se produz o alimento consumido e que as indústrias fazem nas regiões metropolitanas das grandes cidades.

Gostaria apenas de lembrar os senhores professores, os Senhores Deputados, que o Ministro José Eduardo de Andrade Vieira, demissionário na semana passada, no dia de ontem pediu ao Presidente da República que não mais ficasse uma semana, como o Presidente Fernando Henrique tinha pedido a ele, mas que ele se retirasse logo ontem e, na nossa opinião, logo tarde do Ministério da Agricultura.

O Ministro José Eduardo entregou sua carta de demissão no dia de ontem. Queremos apenas lembrar aqui o que o próprio Ministro José Eduardo disse ao entregar a sua carta de demissão à toda a imprensa: "que estava saindo do Ministério da Agricultura, porque não era compatível a sua posição de banqueiro interessado no processo de privatização do Estado Brasileiro, um cargo exercido no Ministério da Agricultura". E ficamos estarrecidos ao ouvir que o Ministro da Agricultura não vai se licenciar do Senado, não, ele vai voltar ao Senado, e lá então praticar aquilo que ele chama de uma descompatibilização da Presidência de uma grande instituição com a política. Quer dizer, ele está se descompatibilizando do Ministério da Agricultura sob a desculpa que, não é compatível de ser banqueiro, e vai para o Senado, lá sim, cuidar dos interesses dos banqueiros que têm matado no campo os trabalhadores rurais com apropriação indébita, através de juros, através de mecanismos burgueses de latifundiários que matam aos poucos a possibilidade deste país ver uma não ser criada a partir do campo.

Gostaria de registrar aqui, ao contrário do que muita gente no Paraná colocou, o descontentamento de perdemos um Ministério. A Bancada do PT nesta Casa quer manifestar aqui seu contentamento pela ida, já tarde, de um banqueiro que nada contribuiu, mesmo sendo paranaense para os inte-

resses desta Nação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 002/96, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a Fundação Júlio Moreira, com sede nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 014/96, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, que declara de Utilidade Pública a Associação Maringaense dos Autistas - AMA, conforme específica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 019/96, de autoria do Deputado César Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Guaíra, com sede e foro naquele município. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 020/96, de autoria do Deputado César Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro na Cidade de Braganey. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 029/96, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores e Amigos Setor Itamarines, de Curitiba, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

Sobre a mesa, Requerimentos n°s 1134 e 1136, de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1137, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do

expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1138, de autoria do Senhor Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1139, 1141 e 1148, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1140, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1142, 1143 e 1145, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1144, de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria

Legislativa.

Requerimentos n°s 1146 e 1147, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1131 e 1132, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente de sessão anterior. **Retirados pelo autor.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 25, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 281 e 507/95; 003, 009, 037 e 063/96.

Levanta-se a sessão.